

# Informe FUP

14.07.2009

---

## **FUP realiza mais uma rodada de negociação do regramento da PLR do Sistema Petrobrás**

Nesta terça-feira, 14, a FUP participou da quarta reunião com a Petrobrás para negociar o regramento da PLR. A Federação continua discutindo com a empresa os indicadores, tendo como base a proposta aprovada pela categoria no ano passado. Concluída esta etapa da negociação, o próximo passo será definir as regras para apuração do montante a ser provisionado aos trabalhadores, bem como a sua forma de distribuição.

A previsão de conclusão do processo de negociação é o dia 15 de agosto e a proposta de regramento da PLR que sair da mesa será encaminhada à categoria para avaliação. Participam do grupo de negociação seis representantes da FUP e seis da Petrobrás, além de suas assessorias. Acesse na página da FUP (<http://www.fup.org.br/plr.php>) a íntegra do modelo de regramento, que foi aprovado pela categoria e que está servindo de base nesta negociação com a Petrobrás.

## **FUP reúne-se com Ministério Público do Trabalho para discutir Ação de primeirização na Petrobrás**



A direção da FUP reuniu-se também nesta terça-feira, 14, com o procurador do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ), Rodrigo Carelli, para saber detalhes sobre a Ação Civil Pública que cobra a efetivação dos trabalhadores concursados no processo seletivo da Petrobrás, que até o momento não foram convocados pela empresa. A ação é movida pelo MPT e está em tramitação na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, onde já foi julgada em primeira instância.

O procurador esclareceu que a decisão da juíza Maria Leticia Gonçalves, da 69ª Vara Trabalhista, determinou multa à Petrobrás de R\$ 30 milhões, pela não efetivação dos concursados, além de uma perícia nas unidades da empresa, para averiguar o número de trabalhadores terceirizados que estão atuando em atividades permanentes. Após a realização deste levantamento, os trabalhadores concursados terão que ser efetivados e a Petrobrás deverá realizar novos concursos públicos para que as demais vagas sejam preenchidas.

A direção da FUP se colocou à disposição do Ministério Público do Trabalho para contribuir com apoio político e institucional no andamento da Ação Civil Pública, frisando que a Federação defende a primeirização de todos os postos de trabalho em atividades permanentes nas empresas do Sistema Petrobrás.

***Direção Colegiada da FUP***